



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

O IMPACTO DA AMAMENTAÇÃO NAS DESIGUALDADES SOCIAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARIA CLARA SOSSAI DE ALMEIDA¹

PAMELA RODRIGUES PEREIRA²

RAQUEL BRITO VIEIRA³

FERNANDA FERREIRA RAMOS⁴

TASSIANE CRISTINA MORAIS⁵

RESUMO

Foi realizado uma revisão narrativa discorrendo sobre mudanças climáticas, desigualdades e amamentação. O aleitamento materno fortalece a resiliência das comunidades em crises climáticas e contribui para a equidade de gênero e sustentabilidade. Integrar a amamentação nas Políticas Públicas é essencial para o desenvolvimento sustentável e para mitigar os impactos oriundos das alterações climáticas.

Palavras-chave: Amamentação. Mudança climática. Desigualdades em Saúde.

ABSTRACT

A narrative review was carried out discussing climate change, inequalities and breastfeeding. Breastfeeding strengthens the resilience of communities in climate crises and contributes to gender equity and sustainability. Integrating breastfeeding into Public Policies

¹ Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

² Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

³ Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

⁴ Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

⁵ Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

is essential for sustainable development and to mitigate the impacts of climate change.

Keywords: Breastfeeding. Climate change. Health inequities

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas exacerbam desigualdades socioeconômicas e de gênero, criando um cenário crítico que demanda soluções eficazes e integradas. Esta revisão narrativa explora como a amamentação emerge como uma estratégia crucial no controle desses impactos, destacando o papel transformador do aleitamento materno. O incentivo à amamentação, corrobora para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável, especialmente a amamentação fortalece a resiliência das comunidades afetadas por desastres ambientais, e promove a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Este trabalho bibliográfico, foi descrito em formato de revisão narrativa da literatura que foi realizado através de uma busca abrangente nas bases de dados científica, tais como Pubmed, Scopus, Periódico Capes, SciELO e sites de organizações internacionalmente reconhecidas, foram realizados uma análise crítica dos estudos selecionados. Foi realizado uma síntese dos achados de modo que não apenas resumisse o estado da arte sobre o tema, mas também oferece novas perspectivas e direções para futuras pesquisas contendo uma abordagem transdisciplinar. A revisão da literatura científica realizada, aborda as mudanças climáticas em seu conceito e analisa as desigualdades sociais e de gênero que são exacerbadas nestes contextos. Além do mais, foi discutido como a prática da amamentação, além de seus conhecidos benefícios para a saúde materno-infantil, pode contribuir significativamente para a redução das disparidades sociais e a melhoria das condições de vida e do ambiente. A revisão destaca a necessidade de Políticas Públicas que integrem a amamentação como uma ferramenta poderosa de promoção da saúde, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Ao longo da análise, buscou-se oferecer uma perspectiva inovadora e intersetorial para profissionais da área de ciências sociais aplicadas e pesquisadores interessados na interseção entre saúde, meio ambiente e justiça social. O estudo reforça a importância de abordagens que considerem a complexidade das interações entre clima, saúde e desigualdades, propondo a amamentação como um caminho viável, econômico e necessário para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável em um mundo em transformação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A importância deste estudo se justifica principalmente no seu aspecto social, dado que em desastres ambientais oriundos de mudanças climáticas, as populações mais vulneráveis são afetadas de maneira desproporcional. Sabe-se que as mudanças climáticas agravam as desigualdades já existentes, exacerbando a pobreza, a exclusão social e a marginalização de grupos já desfavorecidos, especialmente as mulheres e crianças em contextos de vulnerabilidade social. Assim, a amamentação, ao ser promovida e integrada nas Políticas Públicas, pode representar uma poderosa estratégia de mitigação, não apenas melhorando indicadores de saúde, mas corroborando para o empoderamento feminino e fortalecimento da resiliência comunitária. Essa abordagem, ainda pouco explorada, oferece uma nova perspectiva para a promoção da equidade, destacando a necessidade de respostas integradas que contemplem a complexidade das relações entre meio ambiente, saúde e sociedade. Assim, o estudo deste tema não é apenas relevante, mas urgente, dado o impacto crescente das mudanças climáticas e a necessidade de soluções sustentáveis frente a um mundo em constante transformação.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM DESAFIO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O clima é fundamentalmente definido como a média de longo prazo das condições climáticas em uma área específica, normalmente avaliada ao longo de um período de 30 anos, conforme recomendado pela Organização Meteorológica Mundial. As estatísticas climáticas fornecem informações e previsões precisas sobre diversas variáveis de superfícies, incluindo a temperatura, umidade do ar, vento e precipitações, onde "clima" se refere a um estado, com descrições estatísticas de todo um sistema de informações, incluindo as alterações extremas (Dias e Silva, 2009).

As mudanças climáticas não ocorrem de forma linear por todo o planeta, inclusive podem ocorrer dois eventos climáticos com características opostas em locais com características climáticas similares, à exemplo pode-se citar a ocorrência de intensas chuvas e inundações em determinadas regiões e a redução do número de chuvas e consequente aumento dos períodos de seca em outra região no mesmo território nacional (Revi et al., 2014).

Existe uma tendência de continuidade dos eventos climáticos extremos experimentados em algumas regiões do globo, com a gradual intensificação durante as próximas décadas e a atuação de eventos extremos, à exemplo os furacões e os tsunamis, em locais do globo que ainda não são afetados (Silva, 2017). Os países em desenvolvimento apresentam um maior grau de

vulnerabilidade e exposição às variabilidades climáticas atuais, em grande parte devido ao rápido processo de urbanização durante o século XX que levou as massas das zonas rurais para os centros urbanos, aumentando o processo de industrialização iniciados no século anterior para suprir as demandas da população local, consequentemente causando o aumento exponencial da emissão de gases tóxicos na atmosfera e a destruição de biomas locais para aumentar as áreas de urbanização (Nobre et al., 2010).

O déficit na infraestrutura dos países em processo de desenvolvimento causados pelos anos como colônia e o atraso no início do processo de desenvolvimento estrutural e social afetaram de forma negativa a infraestrutura urbana desses países. Existe um alto número de comunidades urbanas localizadas em zonas de risco e que são constantemente afetadas por eventos extremos da variabilidade climática mundial, potencializando a vulnerabilidade social em que essas comunidades se encontram pela falta de acesso a serviços básicos necessários para a sobrevivência humana com dignidade, como o saneamento básico, água potável, moradia digna e alimentação adequada (Reis, Silva e Brant, 2015).

Assim, a temática “mudanças climáticas no globo” entrou de forma definitiva nas pautas de política mundial como uma forma de tentar mitigar as consequências futuras da influência do homem na natureza. Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou uma convenção sobre a trajetória de alterações climáticas no planeta e a forma como o processo estava cada vez mais acelerado, contendo a assinatura de 197 países desde sua criação (Silva, 2017).

A crescente discussão nos meios acadêmicos sobre as consequências da alta concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, em específico do CO₂, culminou na criação do IPCC (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas) com o objetivo de reunir informações seguras sobre o processo de mudanças das condições climáticas e emitir relatórios precisos e confiáveis sobre o estado de conhecimentos científicos, técnico e socioeconômicos sobre os riscos futuros e os impactos da globalização no meio ambiente (Revi et al., 2014).

De acordo com o relatório de avaliação do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, evidenciou-se que as mudanças climáticas extremas que vem se acumulando nas últimas décadas devem aumentar exponencialmente os riscos para bens, pessoas, economias e ecossistemas, causados principalmente pelas ondas de calor, tempestades, alterações no padrão de precipitações, inundações, deslizamentos de terra, escassez hídrica e aumento do nível dos oceanos, fatores que, além das alterações diretas no cotidiano da população mundial, também

afetam diretamente a paisagem e os recortes de terra habitados atualmente (Pachauri, et al, 2014).

Assim, torna-se indispensável o engajamento das grandes zonas urbanas no cumprimento do objetivo de manter a temperatura média global abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais para manter as alterações climáticas em níveis controláveis, fixado no Acordo Climático de Paris. Aprovada na Conferência Rio+20 em 2012, a declaração “O Futuro que Queremos” reafirma os compromissos da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças do Clima, e reitera o papel crucial das cidades no processo de tornar a interação Ser humano - natureza mais sustentável e menos nociva (Nobre et al., 2010). De forma a concretizar os objetivos fixados na Rio+20, a ONU instituiu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, onde foram consolidados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem realizados por diversos países em processo de desenvolvimento e desenvolvidos através da formulação e efetivação de políticas públicas que possibilitem as mudanças de vida necessárias para atingir as metas estabelecidas (Young, 2018).

Os 17 ODS eleitos abrangem diversos aspectos de sustentabilidade - sendo políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais - e são pautados na realização de 169 metas pré-estabelecidas e monitoradas por indicadores previamente selecionados. Marins (2017) aponta que “as áreas urbanas podem ser consideradas sistemas físicos, funcionais e também energéticos, nos quais seus componentes apresentam interdependências que condicionam seu metabolismo, desempenho e eficiência”. Assim, os 17 ODS estabelecidos devem ser transformados em políticas públicas que sejam articuladas de forma sistêmica, interdependente e interdisciplinar já que, os objetivos se complementam entre si em prol de um resultado positivo global (Dias e Silva, 2009).

Dentro do contexto apresentado, observa-se que as mudanças climáticas geram desafios que estão interconectados e as repercussões se tornam ainda mais evidente quando se considera as desigualdades socioeconômicas e de gênero. As consequências das alterações no clima não são distribuídas de forma equitativa, afetando de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis. No próximo tópico, exploraremos a relação das mudanças climáticas e as desigualdades, para que assim possamos compreender o papel fundamental de políticas públicas para mitigar esses efeitos e promover justiça social.

3 DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS, DE GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O PAPEL TRANSFORMADOR DA AMAMENTAÇÃO

As mudanças climáticas geram graves efeitos socioeconômicos e podem impactar de forma negativa a saúde da população. Um aumento de 1,5 graus na temperatura do planeta já é suficiente para gerar muitas mudanças climáticas como temperaturas extremas, secas ou inundações, afetando conseqüentemente meios de subsistência, abastecimento de água potável, a segurança do ser humano e ainda, a economia. É perceptível, nos últimos anos, o aumento da ocorrência de ondas de calor, incêndios de florestas, grandes tempestades, inundações e outros eventos desastrosos. Essas emergências ameaçam de forma significativa a saúde, especialmente de crianças, podendo aumentar em até vinte vezes a taxa de mortalidade infantil durante desastres, devido a ferimentos e infecções (Smith et al, 2022)

As diversas catástrofes geram um impacto profundo sociedade e causa grandes deslocamentos populacionais e migrações. Em sua maioria, aqueles que foram forçados a deixar suas casas por conta de alterações climáticas vivem em países em desenvolvimento, sendo as mulheres e crianças mais vulneráveis, pois estão sujeitos a violência doméstica, de gênero, tráfico humano e casamento forçado. Em muitas comunidades, os parceiros do sexo masculino são levados a buscar geração de renda longe de suas famílias devido a crise ocasionada por desastres ambientais, deixando as mulheres com o desafio da subsistência. (Pérez-Escamilla, Moran, 2023).

Essas alterações climáticas também impactam a segurança alimentar, especialmente em populações mais pobres e vulneráveis. Estima-se que mais de 530 milhões de crianças vivam em países que foram atingidos por alterações climáticas extremas e emergências relacionadas ao clima, por exemplo, epidemias e quebra de safra. As alterações climáticas já afetam a produção agrícola e a pecuária em diversas partes do mundo, levando a colheitas piores e aumento do custo de produção, prejudicando de forma mais intensa as famílias em situações de vulnerabilidade e de baixa renda, que não consegue arcar com as altas nos preços dos alimentos (Smith et al., 2022).

Em zonas de desastres a nutrição infantil se torna um desafio, tanto para os pais quanto para o serviço de saúde. A alimentação por fórmula infantil pode se tornar dificultosa durante eventos climáticos em algumas localidades, dependendo da infraestrutura, cenário socioeconômico e localização geográfica. Em desastres climáticos extremos, o fornecimento de

água potável e eletricidade pode ser interrompido por um longo período. Uma vez que é necessário o acesso à água limpa e instalações para cozinhar, torna-se inviável a mistura da fórmula alimentar em pó com água potável, assim como a limpeza e esterilização de mamadeiras (Smith et al, 2022).

Dessa forma, o aleitamento materno é a solução mais segura e eficaz, uma vez que as mães podem continuar a alimentar seus filhos. As nuances, particularidades e benefícios do aleitamento materno são considerados fatores protetores para o desenvolvimento de um indivíduo. O leite materno é o alimento mais adequado ao bebê, de modo exclusivo durante o período de 6 meses de idade, seguido da amamentação com alimentos complementares até os dois anos de idade ou mais. Além dos aspectos nutricionais, o leite materno proporcionar proteção frente a algumas doenças respiratórias e gastrointestinais, traz proteção contra otite média, além de outros benefícios (Frank, 2019).

Além dos benefícios oriundos da amamentação, destaca-se que a com a ausência dos custos da fórmula infantil, as famílias podem concentrar sua renda na compra de alimentos nutritivos para os membros da família, em especial para a mãe que amamenta. Em situações extremas de desastres climáticos, o apoio social e psicológico se torna fundamental para garantia da produção de leite pelas mães e o sucesso dessa fonte alimentar. A amamentação, além de ser confiável durante tais cenários, ainda é um aliado importante para fortalecimento do sistema imunológico das crianças, sendo particularmente importante nessas situações. Bebês que não são alimentados por suas mães possuem um risco aumentado de morbidade e mortalidade por doenças infecciosas, que são comuns nesses cenários (Smith et al, 2022).

Durante emergências climáticas, mulheres e crianças possuem um risco de morte até 14 vezes maior, sendo de suma importância o apoio à amamentação. Existem relatos de que a criação de tendas cobertas cria um espaço seguro para que as mães possam alimentar seus filhos, aumentando a taxa de sucesso da amamentação, conforme observado durante um tufão nas Filipinas, um terremoto no Nepal e na migração de refugiados para a Europa (Zadkovic, Lombardo, Cole, 2021).

Uma alteração climática muito comum são ondas de calor. Durante esse fenômeno pode haver aumento no número de hospitalizações infantis que têm como causas doença renal e respiratória, desequilíbrio eletrolítico e febre, além do maior risco de desidratação devido ao pequeno tamanho e grande área de superfície corporal dos bebês, por isso é importante a oferta o leite materno a livre demanda. O clima quente também aumenta o risco de infecções por

patógenos transmitidos em alimentos e água. No caso da fórmula infantil, há a necessidade de que a água necessite ser fervida para seu preparo, e fórmulas já preparadas podem estragar mais rápido durante ondas de calor, aumentando o risco de diarreias. Por outro lado, o leite materno pode ser ofertado com segurança e estará sempre fresco, independente da temperatura do ambiente (Smith et al, 2022).

Além do mais, mudanças climáticas e degradação ambiental aumentam o risco da ocorrência de endemias e pandemias, e estas corroboram para aumentar situações de insegurança alimentar, sendo os mais pobres e vulneráveis da sociedade mais expostos e afetados. Nesse sentido o leite materno se adapta a mudanças do ambiente, e é capaz de transmitir os anticorpos produzidos pela mãe que foi exposta à determinado patógeno ao bebê, que também terá imunidade contra àquela doença. A amamentação, além de nutrir e proteger bebês, é fonte de nutrição também para crianças mais velhas, especialmente em situações em que não há estabilidade alimentar (Smith et al, 2022).

Devido a todos os benefícios do aleitamento materno “A World Alliance for Breastfeeding Action (WABA)” estima que a amamentação pode prevenir 20.000 mortes maternas e 823.000 mortes de crianças, tendo o potencial de economizar até 302 bilhões de dólares anualmente devido aos benefícios desta prática, sendo assim peça fundamental para contribuir com a proteção a vida de mulheres e crianças, especialmente em momentos de crises humanitárias. O leite materno promove a saúde e a sobrevivência de mulheres e crianças e apoia as metas globais relacionadas à mitigação das mudanças climáticas tornando-se um elemento chave para a construção de um futuro mais sustentável.

A sustentabilidade da amamentação acontece de diversas maneiras, um dos pontos principais é que na ausência do leite materno, a principal alternativa para as crianças que não são amamentadas é a alimentação por fórmula infantil. O crescimento do consumo e conseqüente aumento de produção de fórmulas infantis tem sido um contribuinte para emissão de gases causadores do efeito estufa no mundo. Existem estimativas de que para cada quilo de fórmula produzida, quatro quilos de gases de efeito estufa são liberados na atmosfera. Além dos impactos de produção, a indústria produtora de fórmulas contribui para o aumento de alterações climáticas de diversas formas. Uma vez que o ingrediente principal para sua confecção é o leite de vaca, a pecuária também promove desmatamento e poluição, e as embalagens dos produtos também costumam ser de materiais não recicláveis, impactando ainda mais o meio ambiente. Em

contrapartida, a produção de leite materno requer somente que a mãe consuma 500 calorias a mais para compensar a queima de energia em sua produção (Oot, Mason, Lapping, 2021).

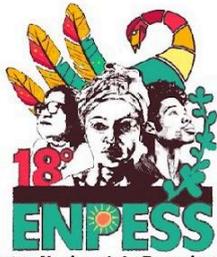
Com o aumento dos desastres relacionados ao clima, faz-se necessário a criação de estratégias para redução de impactos ambientais relacionados a produção de fórmulas, e medidas a fim de alcançar resiliência, garantir a segurança alimentar e o incentivo à amamentação, dada sua extrema importância. Torna-se necessário que os governos fortaleçam Políticas Públicas de apoio à amamentação, principalmente em momentos de calamidades públicas, como no caso de desastres ambientais e implementem campanhas de conscientização a profissionais de saúde, família e a população geral sobre a importância da amamentação como fonte sustentável e saudável de alimentação (Oot, Mason, Lapping, 2021).

Dentro do exposto, infere-se que a amamentação é uma peça-chave nas estratégias para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável. Alinhada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a amamentação não só contribui para a redução da desigualdade de gênero e o empoderamento feminino, oferecendo às mulheres controle e autonomia na alimentação de seus bebês, mas também favorece práticas sustentáveis ao meio ambiente; fortalecendo a resiliência das comunidades em crises climáticas (WABA, 2024). Em um mundo cada vez mais desafiado pelas mudanças climáticas e desigualdades sociais, reconhecer o papel vital da amamentação é uma oportunidade de avançar em direção a um equilíbrio mais harmonioso entre saúde, equidade e sustentabilidade.

4 CONCLUSÃO

Em um cenário de crescente instabilidade climática e desigualdades socioeconômicas, a amamentação se destaca como uma solução eficaz para fortalecer a resiliência das comunidades, garantir a saúde das crianças e das mães, promover o empoderamento feminino e sustentabilidade. Ao integrar a amamentação nas Políticas Públicas e estratégias de resposta a desastres ambientais, podemos avançar significativamente em direção a um desenvolvimento sustentável e a uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente responsável.

No contexto das mudanças climáticas e dos desastres ambientais, a amamentação adquire uma dimensão muito estratégica. Em situações de emergência, onde o acesso a alimentos seguros e a serviços de saúde pode ser severamente comprometido, a amamentação oferece uma fonte de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nutrição segura, confiável e sustentável para os bebês, reduzindo a dependência de fórmulas infantis que podem não estar disponíveis ou ser inadequadas. Dessa forma, integrar a amamentação nas políticas públicas e nas estratégias de resposta a protege a saúde das crianças, e contribui para a sustentabilidade ambiental, diminuindo a poluição ecológica associada à produção e ao transporte de alimentos industrializados.

Portanto, ao adotar e promover a amamentação como uma prioridade nas políticas públicas, especialmente em iniciativas voltadas para a resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas, avançamos de maneira significativa em direção a um modelo de desenvolvimento mais sustentável, justo e equitativo. Essa abordagem holística, que reconhece a amamentação como uma solução multifacetada, é crucial para a construção de uma sociedade mais resiliente, ambientalmente responsável e comprometida com a redução das desigualdades em todas as suas formas.

Agradecimentos: Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES) pelo auxílio financeiro aprovado no Edital Fapes Nº 21/2023 - Mulheres Na Ciência e pela concessão de bolsa de iniciação científica que foram fundamentais o avanço de discussão voltados à promoção do aleitamento materno

REFERÊNCIAS:

FRANK, Nicole M. et al. The relationship between breastfeeding and reported respiratory and gastrointestinal infection rates in young children. **BMC pediatrics**, v. 19, p. 1-12, 2019.

MARINS, Karin Regina de Casas Castro. Multi-criteria comparative analysis of urban sustainability strategies applied to Cidade Pedra Branca (Palhoça, SC) and Vauban (Freiburg, Germany). **Ambiente Construído**, v. 17, n. 1, p. 393-408, 2017.

NOBRE, Carlos A. et al. Vulnerabilidades das megacidades brasileiras às mudanças climáticas: Região Metropolitana de São Paulo. **Embaixada Reino Unido, Rede Clima e Programa FAPESP em Mudanças Climáticas**, 2010.

OOT, Lesley; MASON, Frances; LAPPING, Karin. The First-Food System: The Importance of Breastfeeding in Global Food Systems Discussions. 2021. Disponível em: <https://www.aliveandthrive.org/en/resources/the-first-food-system-the-importance-of-breastfeeding-in-global-food-systems-discussions>. Acesso em: 15 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PACHAURI, Rajendra K. et al. **Climate change 2014: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the fifth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Ipcc, 2014.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; MORAN, Victoria Hall. Maternal and child nutrition must be at the heart of the climate change agendas. **Maternal & Child Nutrition**, v. 19, n. 1, 2023.

REIS, D. S.; SILVA, J. C.; BRANT, T. C. Cidades e mudanças climáticas: planejamento urbano e governança local no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO (ENANPUR), 16., 2015, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Anpur, 2015.

REVI, A. et al. Urban areas. In: FIELD, C. B. et al. (Eds.). **Climate Change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability. Part A: global and sectoral aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2014.

SILVA DIAS, Maria Assunção Faus da; SILVA, Maria Gertrudes A. Para entender tempo e clima. **Tempo e clima no Brasil**, p. 464, 2009.

SILVA, JMM da et al. Cyklistforbundet: da ecossocioeconomia à convivencialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 19-39, 2017.

SMITH, E. et al. The interconnection of environment, climate change and infant nutrition. 2022. Disponível em:
<https://www.qnis.org.uk/wp-content/uploads/2022/07/2022-05-03-NCCEurope-climate-smart-infantfeeding-part1.pdf>. Acesso 15 de agosto de 2024.

World Alliance For Breastfeeding Action. Disponível em: <http://waba.org.my>. Acesso em: 15 ago. 2024.

YOUNG, R. Do macro ao micro. *Periodicos FGV*, v.22, n.108, p;17, 2018.

ZADKOVIC, Sandra; LOMBARDO, Nick; COLE, Donald C. Breastfeeding and climate change: Overlapping vulnerabilities and integrating responses. **Journal of Human Lactation**, v. 37, n. 2, p. 323-330, 2021.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**